



## Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Administração da InterPlayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia" ou "InterPlayers"), em conjunto com suas controladas (doravante denominadas "InterPlayers" ou "Grupo"), submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

#### Aviso legal:

Este Relatório da Administração contempla não apenas informações extraídas das demonstrações financeiras, mas também projeções, estimativas e expectativas da Companhia, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, incluindo fatores de mercado, concorrência, condições macroeconômicas e outros elementos fora do controle da Administração. Dessa forma, tais informações devem ser interpretadas exclusivamente para fins informativos e não substituem as análises, revisões e conclusões apresentadas pelos auditores independentes.

#### Mensagem da diretoria executiva:

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico ainda desafiador, porém com sinais consistentes de recuperação. A relativa estabilização do cenário político contribuiu para maior previsibilidade, embora persistam taxas de juros reais elevadas e restrições no acesso a capital de giro. Nesse contexto, as estratégias adotadas pela Companhia mostraram-se adequadas e eficazes. Mantivemos o posicionamento da InterPlayers como um hub de negócios voltado à Saúde e Bem-Estar, diretriz estratégica adotada desde 2019, e avançamos na consolidação de um portfólio diversificado e integrado de soluções. Essa abordagem tem proporcionado maior consistência operacional, geração de valor aos stakeholders e diferenciação competitiva no mercado. Como resultado, os indicadores operacionais permaneceram em níveis robustos, em linha com os planejamentos estratégico e financeiro, tanto de curto quanto de longo prazo. Tal desempenho reforça a efetividade do modelo de gestão verticalizada adotado pela Companhia. Por fim, registramos nosso agradecimento aos colaboradores, clientes e parceiros estratégicos, cujo comprometimento e confiança são fundamentais para a continuidade da nossa trajetória de crescimento.

#### Cenário econômico e setorial:

Em 2025, observou-se uma retomada da inflação em comparação com a posição de dezembro de 2024, caracterizada por uma trajetória de alta contínua. Esse movimento está em consonância com o fato de que a inflação acumulada até o momento ultrapassa a meta estabelecida para o ano de 2024 (4,50%), segundo dados do IBGE.

IPCA - Variação mensal acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso menos, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços.			
Mês	Acumulada em 12 meses (%)	Mensal (%)	
Jan/25	4,56	0,16	
Fev/25	5,06	1,31	
Mar/25	5,48	0,56	
Abr/25	5,53	0,43	
Mai/25	5,32	0,26	
Jun/25	5,35	0,24	
Jul/25	5,23	0,22	
Ago/25	5,13	-0,11	
Set/25	5,17	0,48	
Out/25	4,68	0,09	
Nov/25	4,46	0,18	
Dez/25	4,26	0,33	

Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A inflação no Brasil encerrou o ano de 2025 em 4,26%, abaixo dos 4,83% registrados em 2024 e inferior à meta estabelecida pelo governo. A desaceleração inflacionária foi atribuída, principalmente, a redução 2,95% nos preços dos alimentos e bebidas e de 0,77% nos preços das comunicações. Os principais fatores que contribuíram para a queda de preços dos alimentos com

reduções em itens básicos, pela diminuição nas contas de energia com o Bônus Itaipu e por fatores externos, como safra recorde e valorização do real, que ajudaram a conter a inflação.

#### Desempenho econômico-financeiro:

Em 2025, a Companhia manteve alinhamento com as diretrizes estratégicas estabelecidas, refletindo-se em evolução consistente dos principais indicadores financeiros.

R\$ Milhões	dezembro-2025	dezembro-2024	var(%)
<b>Lucro Bruto</b>	115.296	102.915	12%

Neste período, de janeiro a dezembro de 2025, o Gross Merchandise Value, ("GMV") atingiu R\$ 29,878 bilhões acumulados até dezembro de 2025, trafegados nas plataformas da InterPlayers, desconsiderando as demais empresas que compõem o grupo econômico. Dessa forma, demonstrou-se um aumento médio de 27% em relação ao mesmo período de 2024, conforme apresentado na tabela abaixo e na representação gráfica da Companhia.

GMV	2025	2024
Comercial - GMV	20.099	17.102
Fidelização - GMV	9.779	6.433
<b>Total GMV (mm)</b>	<b>29.878</b>	<b>23.535</b>

Destaque-se, o crescimento da Receita Líquida registrando um aumento de 12% em comparação com dezembro de 2024.

R\$ Milhões	dezembro-2025	dezembro-2024	Var
<b>Receita Líquida</b>	299.710	267.075	12%

#### Capital Humano:

A InterPlayers encerrou o exercício de 2025 com um quadro de 975 colaboradores. A Companhia mantém o compromisso com a atração, desenvolvimento e retenção de talentos, promovendo um ambiente organizacional pautado na diversidade, equidade e inclusão. Os resultados refletem investimentos contínuos em programas de recrutamento, capacitação e desenvolvimento profissional, alinhados à estratégia de crescimento do Grupo.

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	5.200	3.705	11.154	16.534
Aplicação financeira	5.b	-	245	-	245
Contas a receber	6	58.747	36.253	70.940	48.521
Impostos a recuperar	7.a	1.510	5.668	8.009	14.610
Partes relacionadas	23.b	2.062	2.740	306	3
Outros ativos		5.489	2.920	6.436	3.236
Dividendos a receber	15.c	7.395	11.684	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>80.403</b>	<b>63.215</b>	<b>96.845</b>	<b>83.149</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	5.b	2.439	2.701	2.439	2.701
Impostos a recuperar	7.a	426	427	425	469
Partes relacionadas	23.c	10.495	6.519	-	511
Depósitos judiciais	14.b	851	770	3.836	3.669
Ativo fiscal diferido, líquido	17.b	5.389	2.841	7.593	5.294
Investimentos	8	107.009	114.684	3.427	2.021
Imobilizado	9	10.416	5.170	11.337	6.725
Intangível	10	58.724	57.423	161.053	172.250
Ativo de direito de uso	22.a	7.497	10.054	7.699	10.497
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>203.246</b>	<b>200.589</b>	<b>197.809</b>	<b>204.137</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>283.649</b>	<b>263.804</b>	<b>294.654</b>	<b>287.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	224.157	193.443	299.710	267.075
Custo dos serviços vendidos	19	(126.465)	(115.652)	(184.413)	(164.160)
<b>Lucro bruto</b>		<b>97.692</b>	<b>77.791</b>	<b>115.297</b>	<b>102.915</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(40.231)	(34.428)	(66.564)	(65.840)
Despesas comerciais e marketing	19	(17.155)	(15.660)	(20.288)	(16.643)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(739)	16.283	47	15.984
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>39.567</b>	<b>43.986</b>	<b>28.492</b>	<b>36.416</b>
Despesas financeiras	20	(10.803)	(7.838)	(10.103)	(9.360)
Receitas financeiras	20	2.850	2.417	2.128	3.972
<b>Resultados financeiros líquidos</b>		<b>(7.953)</b>	<b>(5.421)</b>	<b>(7.975)</b>	<b>(5.388)</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(11.083)	(9.132)	1.406	(301)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>20.531</b>	<b>29.433</b>	<b>21.923</b>	<b>30.727</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.810)	(3.524)	(5.825)	(3.663)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.548	(3.080)	2.299	(2.293)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>17.a</b>	<b>(3.262)</b>	<b>(6.604)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(5.956)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>17.269</b>	<b>22.829</b>	<b>18.397</b>	<b>24.771</b>

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		17.269	22.829	18.397	24.771
Resultados atribuídos aos acionistas controladores		-	-	17.269	22.829
Resultados atribuídos aos acionistas não controladores		-	-	1.128	1.942
<b>Total de resultados abrangentes</b>		<b>17.269</b>	<b>22.829</b>	<b>18.397</b>	<b>24.771</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
Saldo em 31/12/2023	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Patrimônio líquido	Total
Saldo em 31/12/2023		49.348	68.392	3.995	37.228	158.963	163.431
Constituição da reserva legal	15.b	-	-	1.141	-	(1.141)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	-	-	-	-	(5.422)	(4.84)
Dividendos adicionais	15.b	-	-	-	-	(886)	(3.396)
Lucro líquido do exercício	15.b	-	-	-	17.269	22.829	1.942
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	15.380	(15.380)	-
Ações em tesouraria adquiridas	15.a	-	-	-	(3.263)	(3.263)	(3.263)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>49.348</b>	<b>68.392</b>	<b>5.136</b>	<b>49.345</b>	<b>172.221</b>	<b>174.751</b>
Constituição da reserva legal	15.b	-	-	864	-	(864)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.b	-	-	-	-	(4.101)	(3.658)
Dividendos adicionais	15.b	-	-	-	-	(12.304)	(12.304)
Lucro líquido do exercício	15.b	-	-	-	17.269	22.829	1.128
Aquisição de participação societária	15.f	-	-	-	(19.893)	(19.893)	(19.893)
Pagamento baseado em ações	24	-	399	-	-	399	399
<b>Saldo em 31/12/2025</b>		<b>49.348</b>	<b>68.791</b>	<b>6.000</b>	<b>49.345</b>	<b>153.591</b>	<b>153.591</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		17.269	22.829	18.397	24.771
Lucro líquido do exercício		17.269	22.829	18.397	24.771
<b>Ajustes para:</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.a	(2.548)	3.080	(2.299)	2.293
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	17.a	5.810	3.524	5.825	3.663
Depreciação/Amortização	19	13.115	10.908	26.476	24.138
Resultado da baixa de intangível, imobilizado	9	1.377	2.671	1.400	3.520
Resultado da baixa do contrato de arrendamento		(715)	-	(753)	-
Resultado de equivalência patrimonial		11.083	9.132	(1.406)	301
Pagamento baseado em ações	24	282	-	399	-
Adição/Reversões de obrigação por aquisições de investimentos	13	-	(16.393)	-	(16.393)
Despesa de juros com terceiros	20	5.411	4.495	5.484	4.598
Despesa de atualização monetária das contingências	14.a	304	129	309	257
Despesa de juros aquisições de controlada	13	1.452	1.512	1.452	1.512
Juros passivos sobre mútuos		(1.115)	(406)	-	(1.225)
Juros ativos sobre mútuos		1.441	-	91	-
Atualização monetária de impostos		341	394	888	903
Baixa de créditos prescritos		-	-	-	858
Provisão de Bônus		4.739	1.655	4.659	2.468
Provisão de créditos previdenciários		-	(2.176)	-	(2.176)
Provisão (reversão) para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	19	(92)	191	(126)	210
Provisão (reversão) para contingência	14.a	(613)	889	(137)	1.119
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais</b>		<b>(22.402)</b>	<b>2.602</b>	<b>(22.293)</b>	<b>(121)</b>
Contas a receber de clientes		3.818	1.860	5.757	(2.044)
Impostos a recuperar		(81)	(451)	(167)	(477)
Depósitos judiciais		(864)	(1.625)	(2.031)	(153)
Partes relacionadas		1.665	4.138	1.721	2.845
Obrigações trabalhistas		681	(2.865)	2.651	(2.081)
Impostos e contribuições a recolher		1.143	680	835	3.735
Outros ativos		(2.569)	(28)	(3.200)	539
Outros passivos		507	(556)	(238)	(269)
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>(4.610)</b>	<b>(5.644)</b>	<b>(4.610)</b>	<b>(5.644)</b>
Juros pagos com empréstimos, financiamentos	11/13	(4.610)	(5.644)	(4.610)	(5.644)
Pagamento de Bônus		(3.833)	-	(4.698)	-
Pagamento de processos trabalhistas/civil	14.a	(340)	-	(360)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.602)	(5.549)	(6.218)	(8.455)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>25.054</b>	<b>34.996</b>	<b>27.808</b>	<b>38.692</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras		507	(2.946)	507	(2.946)
Aquisições de imobilizado	9	(8.963)	(1.677)	(8.989)	(1.677)
Aquisições de intangível	10	(10.595)	(16.655)	(10.639)	(16.655)
Pagamento de obrigação com aquisição de investimento	13	(6.800)	(4.800)	(6.800)	(4.800)
Dividendos recebidos		9.785	1.643	-	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(16.066)</b>	<b>(24.435)</b>	<b>(25.921)</b>	<b>(26.078)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos	11	25.552	2.784	25.552	2.784
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	11	(23.408)	(8.952)	(23.408)	(9.101)
Pagamento de arrendamentos	22	(998)	(1.022)	(1.296)	(1.422)
Mútuo - Partes relacionadas		(3.217)	(4.714)	(262)	(2.618)
Dividendos pagos		(5.422)	(4.682)	(7.853)	(5.230)
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(7.493)</b>	<b>(16.586)</b>	<b>(7.267)</b>	<b>(15.587)</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.495</b>	<b>(6.025)</b>	<b>(5.380)</b>	<b>(2.973)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3.705	9.730	16.534	19.507
Caixa e equiv. de caixa em 30 de dezembro	5	5.200	3.705	11.154	16.534
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.495</b>	<b>(6.025)</b>	<b>(5.380)</b>	<b>(2</b>

**Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07**

continuação

assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

**3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A seguir apresentamos pronunciamentos novos ou revisados, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2025 que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (intitulada "falta de conversibilidade") e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial; • OCPC 10 - Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBO). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas: Não esperam ter impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam: • IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações; • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros; - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7; • Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais; Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11. Esperam ter impactos significativos na aplicação da nova norma/ Lei: • IFRS 18/ CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1) - Apresentação de demonstrações financeiras) e propõe, entre outros, novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado do exercício, como novos totais e subtotais e a classificação das receitas e despesas distribuídas entre as categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; além da divulgação em notas explicativas das medidas de desempenho definidas pela Administração; • Revisão de pronunciamentos técnicos nº 28/2025 - Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51. A Companhia e suas subsidiárias estão atuando na identificação dos impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas. • Lei Complementar nº 214/2025: publicada em 16 de janeiro de 2025, regulamenta a Reforma Tributária sobre o Consumo, com período de transição entre 2026 e 2033, instituindo: (i) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS; (ii) Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS e COFINS. Em 2026 se iniciará a cobrança da CBS (aliquota inicial de 0,9%) e CBS (aliquota inicial de 0,1%). A CBS poderá ser compensada com o PIS/ COFINS devidos pelos contribuintes, portanto, inicialmente, para 2026, não haverá impactos nas demonstrações financeiras. Já a cobrança do ICMS e do ISS começará a ser reduzida em 10% ao ano até sua extinção em 2033. • Lei nº 15.270/2025: introduz, entre outros, a partir do ano-calendário de 2026, a obrigatoriedade de retenção do imposto de renda na fonte sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, que será aplicada quando o valor pago a uma mesma pessoa física residente no Brasil ultrapassar R\$ 50 em um único mês, com alíquota de 10%, considerada antecipação do IRPF do beneficiário. Não existem outras Leis, normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. **4. Políticas Contábeis Materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2025. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhes garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos; e, • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia periodicamente se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo alienar o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for alienado e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for alienado (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ativo, Passivo e Resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada por uma diluição de participação, perda de influência ou qualquer outra ação que não seja a alienação de sua participação, essa controlada continua representada das demonstrações financeiras sem, contudo, ter seus ativos, passivos e resultados consolidados. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os investimentos não controlados são apresentados também no consolidado pelo método de equivalência patrimonial **b) Receita de Contratos com Clientes:** As receitas do Grupo têm origem no licenciamento de uso de software e na prestação de serviços de consultoria e treinamento em informática, mensageria e call center. a) O licenciamento de uso de software consiste na disponibilização aos clientes, das soluções tecnológicas pertencentes a Empresa. b) A mensageria consiste na disponibilização aos clientes, de uma plataforma para troca de mensagens entre sistemas e pessoas. c) Os serviços de call center consistem na oferta de estrutura física - como espaço físico, computadores etc. - estrutura tecnológica - como sistemas e processos - e recursos humanos, para atendimento telefônico utilizado pelos contratantes principalmente para atendimento de seus clientes ou colaboradores. d) As consultorias em informática referem-se à prestação de serviços técnicos especializados, de forma a suportar e/ou orientar os clientes quanto às suas demandas de tecnologia. e) Os treinamentos em informática compreendem o preparo e instruções dos clientes quanto ao uso das soluções tecnológicas disponibilizadas pela Companhia. Os treinamentos podem ocorrer durante a implantação de uma solução, ou a qualquer momento, por solicitação do Cliente. **Resultado Financeiro:** Os reconhecimentos das receitas acontecem de duas formas distintas: As receitas advindas do licenciamento de uso de software, mensageria e Call Center são registradas tão logo sejam atingidas todas as seguintes situações: a) A assinatura do contrato e a disponibilização dos recursos para o cliente; b) O valor das transações possa ser mensurado de maneira confiável, de acordo com as definições contratuais; c) Todos os riscos e benefícios inerentes a operação, sejam transferidos para o adquirente; d) Existam benefícios econômicos prováveis gerados em favor da Companhia. Essas receitas são reconhecidas mensalmente, pelo período de vigência do contrato comercial. Os serviços de consultoria e treinamento em informática tem suas receitas reconhecidas no resultado mensalmente, diretamente à medida que os serviços são prestados. Os registros de todas essas operações são efetuados de acordo com o regime de competência. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada como garantias. Ao determinar o preço de transação para a venda o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: a) Receita de juros ativos de aplicações financeiras; b) Despesa de juros passivos sobre empréstimos e financiamento e taxas bancárias; c) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; d) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros em outras moedas; e) Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **c) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil

para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **i) Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. **ii) Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do tributo (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados do valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. **e) Imobilização: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme o IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado. E os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e celulares	2 a 3 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Benefícios em imóveis de terceiros *	4 - 10 anos

(\* ) e conforme prazo contratual do contrato de arrendamento. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário. **f) Ativos Intangíveis e ágio:** i) **Combinação de negócios e Goodwill:** Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/ transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Quando a Companhia adquire o controle de um investimento, utiliza os procedimentos de uma combinação de negócios para contabilizar o investimento, seguindo as orientações do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. Para determinar o custo da aquisição a Companhia considera a soma de todos os valores a serem pagos/ transferidos pela aquisição do controle da adquirida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classifica-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado. A cada combinação de negócios a Companhia identifica e determina: a) identificação da adquirida e do adquirente; b) determinação da data de aquisição; c) reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida; d) reconhecimento e mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou do ganho proveniente de compra vantajosa. Para reconhecimento do ágio (goodwill) a Companhia inicialmente, mensura o ágio como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Caso a contraprestação seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho na demonstração do resultado. O ágio é mensurado pelo custo e deve ser deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, para qual a Companhia realizará testes do valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a esta unidade. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. O Grupo efetua anualmente a análise dos indicadores de perda para os ativos intangíveis, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso da unidade geradora de caixa para comparação com os valores contábeis no final desse exercício. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros. **ii) Pesquisa e desenvolvimento e softwares desenvolvidos internamente:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. O prazo de vida útil é determinado considerando a funcionalidade, tecnologia, arquitetura, credibilidade, usabilidade e força no mercado. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. **iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **iv) Amortização:** A amortização é calculada para reduzir o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reco-

hecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: As vidas úteis estimadas são as seguintes: Software e licença de software 1 - 5 anos Direitos adquiridos de software 5 anos Carteira de clientes 7 - 11 anos Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados, são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **v) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **g) Instrumentos financeiros:** O Grupo adotou o IFRS 9/CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao IAS 39/CPC 38. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir: **i) Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **ii) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **iv) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outros contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **v) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **vi) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **vii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria/ segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas em ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. **i) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **j) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável do dispêndio, observada a natureza de cada provisão. **k) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Arrendamentos:** Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07**

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Sede da Companhia: 4 a 8 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental, que é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, conforme definição contida no IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo os seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). m) **Classificação Corrente e Não Corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. n) **Pagamentos baseado em ações:** Nos termos do CPC 10 (R1), os planos de pagamento baseado em ações liquidados com instrumentos patrimoniais devem ser mensurados pelo valor justo dos instrumentos outorgados na data da concessão, sendo a despesa reconhecida ao longo do período de vesting, em contrapartida ao patrimônio líquido. A estimativa da quantidade de instrumentos que se espera adquirir é revisada periodicamente com base na probabilidade de cumprimento das condições de serviço e de performance não relacionadas ao mercado. **5. Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras: a) Caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	32	32	118	154
Aplicações financeiras	5.168	3.673	11.036	16.380
<b>Total</b>	<b>5.200</b>	<b>3.705</b>	<b>11.154</b>	<b>16.534</b>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeitos à sujeição a um risco mínimo na mudança de seu valor. As aplicações financeiras possuem baixo risco de crédito, sendo remuneradas em condições e taxas médias de mercado de 100% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI) a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024). **b) Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras	2.439	2.946	2.439	2.946
<b>Total</b>	<b>2.439</b>	<b>2.946</b>	<b>2.439</b>	<b>2.946</b>

**Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	2.439	2.701	2.439	2.701
<b>Total</b>	<b>2.439</b>	<b>2.701</b>	<b>2.439</b>	<b>2.701</b>

A aplicação financeira do longo prazo consiste em Fundo de Renda Fixa de Longo Prazo, administrado e gerido pelo Banco do Brasil. Esse fundo permite resgate com prazo D+0 e tem como objetivo garantir 20% do saldo devedor referente ao crédito tomado para Capital de Giro, no valor de R\$ 8.277 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2024). **6. Contas a Receber:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cientes faturados	43.275	32.282	48.326	39.132
Cientes a faturar	16.050	4.641	23.236	10.137
<b>Total</b>	<b>59.325</b>	<b>36.923</b>	<b>71.562</b>	<b>49.269</b>

(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(578)	(670)	(622)	(748)
<b>Total</b>	<b>58.747</b>	<b>36.253</b>	<b>70.940</b>	<b>48.521</b>

O saldo de contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber da controladora apresentou três clientes que, juntos, representam 13% da concentração do saldo. No o consolidado, não há concentração de clientes superior a 10%. Em 31 de dezembro de 2024, tanto na controladora quanto no consolidado, não foi observada concentração de clientes acima de 10%. **Abaixo estão descritos os recebíveis por idade:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos até 60 dias	57.214	35.266	69.227	45.942
Vencidos de 61 a 120 dias	1.442	644	1.553	1.605
Vencidos de 121 a 210 dias	413	509	496	641
Vencidos acima de 210 dias	256	495	286	519
Total recebíveis	59.325	36.923	71.562	49.269

A vencer

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos até 60 dias	1.442	644	1.553	1.605
Vencidos de 61 a 120 dias	413	509	496	641
Vencidos de 121 a 210 dias	256	495	286	519
Vencidos acima de 210 dias	9	9	9	562
Total	2.120	1.657	2.345	3.229

**b) Movimentação dos investimentos:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado de equivalência patrimonial	1.424	1.668	150	508
Amortização de mais valia	131	(302)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.555</b>	<b>1.366</b>	<b>150</b>	<b>508</b>

**Empresas investidas**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado de equivalência patrimonial	(253)	1.407	-	-
Amortização de mais valia	-	-	-	-
Aumento de participação Top Down (a)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes (b)	-	-	-	-
Reversão de dividendos (c)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Reclassificação para perda com investimento (d)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.302</b>	<b>2.773</b>	<b>150</b>	<b>508</b>

(a) Em 03 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu a participação acionária detida por Pedro Freire Machado, correspondente a 25% do capital social da controlada Top Down Consultoria e Projetos S.A. O montante é o equivalente à participação adquirida na data da transação. Vide NE 13. (b) Refere-se ao reflexo dos outros resultados abrangentes relacionados à parcela do Programa de Incentivo registradas no Patrimônio líquido da investida Top Down. Programa de incentivo, vide NE 15 (d). (c) Provisão complementar dos dividendos adicionais distribuídos pela controlada Top Down após a aquisição dos 25% da participação (d) Perda com investimentos da controlada conecta, reclassificada para o grupo de perda em investimento no passivo circulante.

**No Consolidado**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado de equivalência patrimonial	1.664	150	508	2.322
Amortização de mais valia	(301)	-	-	(301)
Distribuição de dividendos	1.363	150	508	2.021
Reversão de dividendos	1.406	-	-	1.406
<b>Total</b>	<b>2.769</b>	<b>150</b>	<b>508</b>	<b>3.427</b>

**c) Sumário das informações financeiras das controladas e coligadas:**

	2025				2024			
	Ponto Extra	ECS Par.	Clinicarx	Conecta*	Ponto Extra	ECS Par.	Clinicarx	Conecta*
Empresas investidas	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Porcentagem de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos circulante	1.525	4	4.177	1.363	1.595	2.638	6	976
Ativos não circulantes	84	2.769	804	946	26	1.372	1.363	1.123
Passivos circulantes	(112)	-	(2.370)	(800)	(66)	(1.125)	(3)	(6.597)
Passivos não circulantes	(195)	-	(119)	(10.495)	(290)	-	-	(5.434)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.302</b>	<b>2.773</b>	<b>2.492</b>	<b>(8.986)</b>	<b>1.555</b>	<b>2.595</b>	<b>1.366</b>	<b>(4.499)</b>
Particip. do grupo nos ativos líquidos	1.302	2.773	2.492	(8.986)	1.555	2.595	1.366	(4.499)
<b>Resultados</b>								
Receita	633	1.509	11.998	1.784	904	9.427	486	2.574
Lucro (prejuízo) do exercício	(253)	1.407	103	(4.486)	131	(1.047)	(302)	(3.190)
Participação do grupo no resultado	(253)	1.407	103	(4.486)	131	(1.047)	(302)	(3.190)
<b>Empresa investidas</b>								
Porcentagem de participação	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Ativos circulante	5.579	2.456	2.456	2.456	5.579	2.456	2.456	2.456
Ativos não circulantes	249	273	273	273	249	273	273	273
Passivos circulantes	(2.827)	(2.227)	(2.227)	(2.227)	(2.827)	(2.227)	(2.227)	(2.227)
Passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido (100%)	3.001	502	502	502	3.001	502	502	502
Participação do grupo nos ativos líquidos	4.327	251	251	251	4.327	251	251	251
Demais Sócios Ágio	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187	1.187
Valor contábil na participação	5.514	1.438	1.438	1.438	5.514	1.438	1.438	1.438
<b>Resultados</b>								
Receita operacional líquida	14.767	12.570	12.570	12.570	14.767	12.570	12.570	12.570
Lucro (prejuízo) do exercício	2.814	(702)	(702)	(702)	2.814	(702)	(702)	(702)
Total de resultado	2.814	(702)	(702)	(702)	2.814	(702)	(702)	(702)
Participação do grupo no resultado	1.407	(351)	(351)	(351)	1.407	(351)	(351)	(351)

**9. Imobilizado:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo	1.474	2	1.476	325
Móveis e utensílios	8.615	1.788	10.212	2.143
Máquinas e equipamentos	2.166	-	2.166	177
Instalações	1.685	-	1.685	112
Benefetorias em imóveis de terceiros (*)	6.903	800	7.703	6.256
<b>Total</b>	<b>20.843</b>	<b>2.590</b>	<b>23.242</b>	<b>9.013</b>
Depreciação acumulada	(1.291)	(32)	(1.323)	(72)
Móveis e utensílios	(5.964)	(1.615)	(7.388)	(1.688)
Máquinas e equipamentos	(1.597)	(88)	(1.685)	(62)
Instalações	(1.434)	(41)	(1.475)	(24)
Benefetorias em imóveis de terceiros (*)	(6.010)	(191)	(6.201)	(643)
<b>Total</b>	<b>(16.296)</b>	<b>(1.967)</b>	<b>(18.072)</b>	<b>(2.389)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>4.547</b>	<b>623</b>	<b>5.170</b>	<b>6.278</b>

(\*) Os saldos referem-se às melhorias em sua sede administrativa. Os gastos dispendidos estão registrados na rubrica "Benefetorias em imóveis de terceiros" e a sua amortização é realizada de acordo com o período do contrato de aluguel.

**Consolidado**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo	1.939	2	1.941	325
Móveis e utensílios	10.963	1.986	12.758	2.169
Equipamentos de informática	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.902</b>	<b>1.988</b>	<b>14.700</b>	<b>2.494</b>

**10. Intangível:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ágio de combinação de negócios	11.007	-	11.007	-
Software desenvolvido internamente	46.354	14.137	57.820	10.311
Licenças	10.896	8.604	19.500	596
Marcas e patentes	30	-	30	-
Software - direitos adquiridos	12.474	148	12.622	(3)
Carteira de clientes	9.310	-	9.310	-
<b>Total</b>	<b>90.071</b>	<b>22.889</b>	<b>110.289</b>	<b>10.907</b>
Amortização acumulada	(14.204)	(5.315)	(19.519)	(6.446)
Licenças	(9.362)	(2.517)	(11.879)	(3.043)
Software - direitos adquiridos	(12.045)	(113)	(12.158)	(118)
Carteira de clientes	(9.310)	-	(9.310)	-
<b>Total</b>	<b>(44.921)</b>	<b>(7.945)</b>	<b>(52.866)</b>	<b>(9.607)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>45.150</b>	<b>14.944</b>	<b>57.423</b>	<b>1.300</b>

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

**Consolidado**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ágio de combinação de negócios	61.601	-	61.601	-
Software desenvolvido internamente	54.762	14.137	66.960	10.311
Licenças	11.153	8.658	19.766	640
Marcas e patentes	3.805	-	3.805	-
Software - direitos adquiridos	56.344	148	54.956	(3)
Carteira de clientes	1.844	-	1.844	-
<b>Total</b>	<b>238.303</b>	<b>22.943</b>	<b>257.726</b>	<b>10.951</b>
Amortização acumulada	(21.579)	(9.417)	(249)	(31.245)
Licenças	(9.362)	(2.518)	(11.880)	(3.093)
Marcas e patentes	(1.932)	(748)	(2.680)	(748)
Software - direitos adquiridos	(15.776)	(2.877)	(18.404)	(2.856)
Não concorrência	(953)	(368)	(1.321)	(369)
Carteira de clientes	(15.625)	(4.321)	(19.946)	(4.359)
<b>Total</b>	<b>(65.227)</b>	<b>(20.249)</b>	<b>(85.476)</b>	<b>(41.504)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>173.076</b>	<b>2.694</b>	<b>172.250</b>	<b>1</b>

**Impairment:** A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem indícios de redução ao valor recuperável de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por impairment, é reconhecida no resultado do exercício. A unidade geradora de caixa ("UGC") da Interplayers foi definida considerando o modelo de Unidades Estratégicas de Negócio que integra os diversos negócios da companhia e suas aquisições ao longo dos anos. Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia e suas controladas, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas do Grupo, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC) e leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal de 13,80% a.a. Para a taxa de crescimento na perpetuidade foi considerada a taxa de 3,50%, utilizada para extrapolar as projeções. O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis e ágios da Companhia e suas controladas, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado da unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2025. **11. Empréstimos e Financiamentos:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Capital de giro (a)	18.220	2.465	20.685	13.601
Financiamentos	2.677	3.332	6.009	532
D				

continuação

**Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07**

	2025			2024			Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Fiscais	Trabalhistas	Total
<b>Consolidado</b>									
<b>Em moeda nacional</b>									
Com terceiros									
Capital de giro	18.220	2.465	20.685	13.601	11.872	25.473			
Duplicatas descontadas	1.610	-	1.610	1	-	1			
Conta garantida	2.500	-	2.500	2.500	-	2.500			
Financiamento	2.677	3.332	6.009	532	154	686			
<b>Total Empréstimos e financiamentos</b>	<b>25.007</b>	<b>5.797</b>	<b>30.804</b>	<b>16.634</b>	<b>12.026</b>	<b>28.660</b>			
(a) Em abril de 2025 a Companhia realizou um novo contrato de capital de giro junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 12 milhões com vencimento final previsto para abril de 2027. (b) Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou operações de desconto de recebíveis de clientes junto ao Banco Itaú. Tais operações não implicaram a transferência substancial dos riscos e benefícios associados aos recebíveis, permanecendo a Companhia com responsabilidade sobre a sua liquidação. Dessa forma, os valores correspondentes estão registrados no passivo circulante, no grupo de empréstimos e financiamentos. <b>Características dos empréstimos e financiamentos</b>									
	<b>Taxa de Juros (%) a.m.</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	Perda Possível em 2024		
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,16%	17/06/2026	4.930	7.004	4.930	7.004	Perda Possível em 2025		
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,15%	25/06/2027	3.149	4.930	3.149	4.930	O Grupo tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima. Abaixo demonstramos as ações de probabilidade de perdas possíveis: <b>Fiscais:</b> Dentre os processos individualmente relevantes da controladora, destacam-se: (i) Em abril de 2016, a Delegacia da Receita Federal do Brasil autou a Companhia devido a um Processo Administrativo com auto de infração em que a autoridade fazendária aplicou multa isolada com base na receita bruta, com fundamento nos artigos 28 e 44, II, da alínea "b", da Lei nº 9.430/96, ante a suposta falta de recolhimento de estimativas de abril a dezembro de 2011. O Processo Administrativo está aguardando o julgamento para impugnação e está avaliado com risco de perda possível. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.038 (R\$ 2.135 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Em 2021, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo. O valor envolvido com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 421 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2024). (iii) Em 2022, a Companhia foi notificada através de dois processos administrativos, os quais tratam de PER/DCOMP, que visa à compensação de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2016, composto de estimativas parceladas, com débitos próprios vencidos, em 31 de dezembro de 2025 a soma dos dois processos atualizados era de R\$ 4.944 (R\$ 6.508 em 31 de dezembro de 2024). (iv) Em 2022, a Companhia recebeu a cobrança de multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.672/2021-31, em 31 de dezembro de 2025 o valor do processo atualizado era de R\$ 1.901 (R\$1.800 em 31 de dezembro de 2024). (v) Em 2022, a Companhia recebeu multa por compensação não homologada, calculada no percentual de 50% sobre o valor do direito creditório em discussão no Processo Administrativo nº 19613-732.598/2021-52, em 31 de dezembro de 2025 o valor do processo atualizado era de R\$ 703 (R\$666 em 31 de dezembro de 2024). <b>Trabalhistas:</b> Os processos trabalhistas da controladora e consolidado classificados como de perda possível se referem aos processos movidos por ex-empregados da Companhia requerendo créditos trabalhistas, bem como ex-empregados de empresas prestadoras de serviços pleiteando, tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais créditos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2025 os processos trabalhistas relevantes totalizaram a R\$ 4.690 (R\$ 2.094 em 31 de dezembro de 2024). <b>Cíveis:</b> Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, rescisões contratuais e cobranças feitas indevidamente. Não há ações que se destacam individualmente. Os valores das ações cíveis totalizam R\$ 153 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2024). b) <b>Depósitos judiciais:</b>		
			<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,16%	17/06/2026	-	3.150	-	3.150	Fiscais (*)	-	2.873
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,15%	25/06/2027	2.465	7.333	2.465	7.333	Cível	32	30
Empréstimo bancário de R\$ 12.000	0,28%	28/04/2027	3.332	-	3.332	-	Trabalhistas	819	740
Empréstimo bancário de R\$ 5.000	1,25%	15/10/2026	-	1.389	-	1.389		<b>851</b>	<b>770</b>
Empréstimo bancário de R\$ 882	1,50%	01/04/2026	-	154	-	154			<b>3.836</b>
Contas Garantidas	1,50%	On demand	1.610	1	1.610	1			<b>3.669</b>
Duplicatas Descontadas	1,83% a.m.-2,55% a.m.	On demand	25.007	16.634	25.007	16.634			
<b>Total Circulante</b>			<b>25.007</b>	<b>16.634</b>	<b>25.007</b>	<b>16.634</b>			
	<b>Taxa de Juros (%) a.m.</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	(* ) A controlada Top Down possui auto de infração referente a uma cobrança de ISS por recolhimento com insuficiência por operações de licenciamento de software para o qual passou a realizar depósitos judiciais a partir de 2013 e mantém até o julgamento do processo, conforme informado na nota explicativa anterior. O montante em depósito judicial é de R\$ 2.873. <b>15. Patrimônio Líquido:</b> Em 28 de março de 2024, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a aquisição da Companhia de 838.710 (oitocentos e trinta e cinco mil e setecentos e dez) ações ordinárias de sua própria emissão no valor de R\$ 3.263, representativas de 1,50% (um inteiro e cinco mil e setecentos e dez) do capital social total e votante da Companhia, de titularidade de acionista minoritária da Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de 49.348, representado por 55.914 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. a) <b>Capital Social:</b> A composição acionária da Companhia está apresentada da seguinte forma:		
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,16%	17/06/2026	-	3.150	-	3.150			
Empréstimo bancário de R\$ 15.000	1,15%	25/06/2027	2.465	7.333	2.465	7.333			
Empréstimo bancário de R\$ 12.000	0,28%	28/04/2027	3.332	-	3.332	-			
Empréstimo bancário de R\$ 5.000	1,25%	15/10/2026	-	1.389	-	1.389			
Empréstimo bancário de R\$ 882	1,50%	01/04/2026	-	154	-	154			
<b>Total Não Circulante</b>			<b>5.797</b>	<b>12.026</b>	<b>5.797</b>	<b>12.026</b>			
<b>Movimentação dos empréstimos:</b>									
	<b>31/12/2024</b>	<b>Captação</b>	<b>Juros (resultado)</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>31/12/2025</b>			
Em moeda nacional									
Capital de giro	25.473	11.778	4.077	(13.712)	(4.077)	23.539			
Financiamentos	686	-	22	(532)	(22)	154			
Duplicatas descontadas	1	3.274	76	(1.664)	(76)	1.611			
Conta garantida	-	2.500	-	-	-	2.500			
<b>Total Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>	<b>28.660</b>	<b>25.552</b>	<b>4.175</b>	<b>(23.408)</b>	<b>(4.175)</b>	<b>30.804</b>			
	<b>31/12/2023</b>	<b>Captação</b>	<b>Juros (resultado)</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>31/12/2024</b>			
Em moeda nacional									
Capital de giro	34.142	-	3.647	(8.669)	(3.647)	25.473			
Financiamentos	-	969	33	(283)	(33)	686			
Duplicatas descontadas	-	1	-	-	-	1			
Conta garantida	-	2.500	-	-	-	2.500			
<b>Total Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>	<b>34.142</b>	<b>3.470</b>	<b>3.680</b>	<b>(8.952)</b>	<b>(3.680)</b>	<b>28.660</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>Captação</b>	<b>Juros (resultado)</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>31/12/2025</b>			
Capital de giro	25.473	11.778	4.077	(13.712)	(4.077)	23.539			
Financiamento	686	-	22	(532)	(22)	154			
Duplicatas descontadas	1	3.274	76	(1.664)	(76)	1.611			
Conta garantida	2.500	10.500	-	(7.500)	-	5.500			
<b>Total Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>	<b>28.660</b>	<b>25.552</b>	<b>4.175</b>	<b>(23.408)</b>	<b>(4.175)</b>	<b>30.804</b>			
	<b>31/12/2023</b>	<b>Captação</b>	<b>Juros (resultado)</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>31/12/2024</b>			
Capital de giro	34.142	-	3.647	(8.669)	(3.647)	25.473			
Financiamento	149	969	33	(432)	(33)	686			
Duplicatas descontadas	-	1	-	-	-	1			
Conta garantida	-	2.500	-	-	-	2.500			
<b>Total Empréstimos e financiamentos com terceiros</b>	<b>34.291</b>	<b>3.470</b>	<b>3.680</b>	<b>(9.101)</b>	<b>(3.680)</b>	<b>28.660</b>			
<b>Covenants e garantias contratuais:</b> A Companhia e suas controladas não possuem, contratos de empréstimos ou financiamentos com cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações relacionadas à manutenção de índices financeiros, cuja violação tornaria o pagamento da dívida automaticamente exigível. Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de covenants para indicadores não financeiros, os quais estavam integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia possui contrato de capital de giro junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento final previsto para junho de 2026, o qual possui uma garantia financeira que exige contratualmente, que a Companhia mantenha no mínimo, 20% do saldo devedor em aplicações financeiras. Parte dos recursos da Companhia permanece aplicada e indisponível para uso. Vide nota 5.b. <b>12. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:</b>									
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>					
Salários a pagar	4.306	4.307	9.138	8.121					
Provisão de Férias e encargos	6.114	5.571	10.271	8.846					
Programa de Participação nos Resultados (PPR)	2.244	1.338	2.648	2.687					
Outras Obrigações a pagar	181	42	252	43					
	<b>12.845</b>	<b>11.258</b>	<b>22.309</b>	<b>19.697</b>					
<b>13. Obrigações por Aquisição de Investimentos:</b> As obrigações por aquisição dos investimentos referem-se a valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas negociadas com pagamento parcelado ou por retenção de garantia. As obrigações estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:									
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>							
	<b>Controladora / Consolidado</b>	<b>Controladora / Consolidado</b>							
	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>			
Top Down	25.600	4.386	29.986	7.400	3.369	10.769			
<b>Total</b>	<b>25.600</b>	<b>4.386</b>	<b>29.986</b>	<b>7.400</b>	<b>3.369</b>	<b>10.769</b>			
<b>Circulante</b>	<b>12.600</b>	<b>2.063</b>	<b>14.663</b>	<b>800</b>	<b>364</b>	<b>1.164</b>			
<b>Não Circulante</b>	<b>13.000</b>	<b>2.323</b>	<b>15.323</b>	<b>6.600</b>	<b>3.005</b>	<b>9.605</b>			
<b>Aquisição de participação adicional Top Down:</b> Em 03 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu participação adicional correspondente a 25% do capital social da Top Down Consultoria e Projetos S.A., anteriormente detida por Pedro Freire Machado, pelo valor total de R\$ 25.000, passando a deter a totalidade do controle da investida. Na data da transação, o patrimônio líquido contábil da Top Down totalizava R\$ 20.444, sendo reconhecida a participação de não controladores ("NCI") correspondente a R\$ 5.111. A diferença entre o valor pago na aquisição e o valor contábil da participação adquirida, no montante de R\$ 19.889, foi registrada diretamente no patrimônio líquido da Companhia, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme previsto para transações com sócios não controladores que não resultam em perda de controle. Vide NE 15(f). Parte do valor da aquisição foi objeto de pagamento na data da transação e o saldo remanescente será liquidado em 22 parcelas mensais, atualizadas, as quais encontram-se registradas no passivo circulante e não circulante na rubrica obrigações por aquisição de investimentos. Como garantia dessa obrigação, foram alienadas fiduciariamente 1.118.280 ações ordinárias de emissão da Interplayers Soluções Integradas S.A., representativas de 2% de seu capital social. a) <b>Movimentação dos saldos de obrigações por aquisição de investimentos:</b>									
	<b>Top Down</b>	<b>RX Tecnologia</b>	<b>Total</b>						
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>16.021</b>	<b>16.393</b>	<b>32.414</b>						
Reversão de obrigação (i)	-	(16.393)	-						
Pagamento - Principal	(4.800)	-	(4.800)						
Pagamento - Juros	(1.964)	-	(1.964)						
Juros provisionados	1.512	-	1.512						
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>10.769</b>	<b>-</b>	<b>10.769</b>						
Adição (ii)	25.000	-	25.000						
Pagamento - Principal	(6.800)	-	(6.800)						
Pagamento - Juros	(435)	-	(435)						
Juros provisionados	1.452	-	1.452						
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>29.986</b>	<b>-</b>	<b>29.986</b>						
Circulante	<b>14.663</b>	<b>-</b>	<b>14.663</b>						
Não circulante	<b>15.323</b>	<b>-</b>	<b>15.323</b>						
(i) Reversão de saldo por não atingimento das metas e indicadores de desempenho estabelecidos contratualmente os quais não foram atingidas e, consequentemente, a obrigação de pagamento não é devida. O montante de R\$16.393 dessa obrigação, foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19(iii). (ii) Saldo a pagar decorrente da aquisição de 25% de 03 de setembro de 2025 do capital social da Top Down, anteriormente detido por Pedro Freire. b) <b>Fluxo de pagamento em 2025:</b>									
2026	14.663								
2027	15.323								
<b>Saldo de obrigações por aquisição de investimentos</b>	<b>29.986</b>								
<b>14. Provisão para Contingências:</b> a) <b>Contingências:</b>									
<b>Provisão para contingências</b>									
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>336</b>	<b>691</b>	<b>1.027</b>						
Adições / (Reversões)	1	888	889						
Atualização monetária	14	115	129						
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>351</b>	<b>1.694</b>	<b>2.045</b>						
Adições / (Reversões)	-	(613)	(613)						
Pagamentos	-	(340)	(340)						
Atualização monetária	20	284	304						
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>371</b>	<b>1.025</b>	<b>1.396</b>						
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>						
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado									
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.154	16.534	11.154	16.534	5.a	1			
Aplicações financeiras	2.439	-	2.439	-	5.b	1			
Contas a receber de clientes	70.940	48.521	70.940	48.521	6	2			
Partes relacionadas	306	3	306	3	23.c	2			
	<b>84.839</b>	<b>68.515</b>	<b>84.839</b>	<b>68.515</b>					
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>									
Empréstimos e financiamentos	30.804	28.660	30.804	28.660	11	2			
Arrendamento mercantil	9.892	12.129	9.892	12.129	22	2			
Fornecedores e outras contas a pagar	12.417	14.							

continuação

Interplayers Soluções Integradas S.A. | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. **i) Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	11.154	16.534
Aplicações financeiras	2.439	2.946
Contas a receber de clientes	70.940	48.521
Partes relacionadas	306	514
	<b>84.839</b>	<b>68.515</b>

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia (caixa e equivalentes de caixa) encontram-se atualizados por índices financeiros equivalentes àqueles em vigor no mercado na data dos balanços, sendo avaliados por sua Administração como de riscos mínimos, pois as operações são realizadas com instituições financeiras de reconhecida solidez e dentro de limites aprovados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui uma carteira de clientes bastante diversificada e estabelece uma estimativa de provisão para perdas com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes e que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber (divulgações adicionais são fornecidas na nota explicativa 6). **ii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações financeiras em títulos de renda fixa, não aplicando seus recursos em operações no mercado aberto (bolsa de valores). **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa futuro, meses					
		incluindo juros	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos e financiamentos	30.804	34.229	11.816	16.233	6.180	-	-
Arrendamento	9.892	15.861	1.003	1.003	1.917	5.372	6.566
Fornecedores e outras contas a pagar	12.417	13.526	10.900	2.626	-	-	-
Obrigação por aquisição de investimento	29.986	29.986	6.000	8.664	7.000	-	8.322
Dividendos a pagar	17.291	17.291	17.291	-	-	-	-
Partes relacionadas	2.811	2.811	2.811	-	-	-	-
	<b>103.201</b>	<b>113.704</b>	<b>49.821</b>	<b>28.526</b>	<b>15.097</b>	<b>5.372</b>	<b>14.888</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **iii) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não operou com instrumentos derivativos no período de doze meses, findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco da taxa de juros:** A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	Consolidado	
	2025	2024
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>		
Aplicações financeiras	11.036	16.380
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	12.417	14.086
Empréstimos e financiamentos	30.804	28.660
Obrigações por aquisição de investimento	29.986	10.769
	<b>73.207</b>	<b>53.515</b>

**c) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. **i) Ativos Financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 15,00% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2025	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	11.036	Redução CDI	15,00%	11,25%	7,50%
<b>Receita financeira</b>	<b>1.655</b>		<b>1.242</b>		<b>828</b>

**ii) Passivos Financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador às dívidas às quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses no valor de 15% e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta e a despesa financeira", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2025	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	30.804	Aumento CDI	4,621	5,776	6,931
Obrigações por aquisição de investimento	29.986	Aumento CDI	4,498	5,622	6,747
<b>Despesa financeira</b>	<b>60.790</b>		<b>9.119</b>	<b>11.398</b>	<b>13.678</b>

**17. Imposto de Renda e Contribuição Social:** a) **Conciliação da taxa efetiva:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>20.531</b>	<b>29.433</b>	<b>21.923</b>	<b>30.727</b>
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
<b>Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial</b>	<b>(6.981)</b>	<b>(10.007)</b>	<b>(7.454)</b>	<b>(10.447)</b>
Diferenças permanentes	(2.722)	(2.636)	(2.725)	(3.323)
Equivalência patrimonial	(176)	484	478	(102)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda diferido de anos anteriores reconhecido no exercício	-	319	-	140
Entidades tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	267
Saldo negativo de controladas	-	(1.646)	(1.543)	-
Lei do Bem	6.484	5.150	7.689	8.962
Outras	133	86	132	90
	<b>(3.262)</b>	<b>(6.604)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(5.956)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.810)	(3.524)	(5.825)	(3.663)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.548	(3.080)	2.299	(2.293)
	<b>(3.262)</b>	<b>(6.604)</b>	<b>(3.526)</b>	<b>(5.956)</b>
Alíquota efetiva	(15,89%)	(22,44%)	(16,08%)	(19,38%)

b) **Movimentação dos Impostos Diferidos:** O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. O Grupo tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

Na Controladora	31/12/2024		31/12/2025	
	Ativo diferido	no Resultado	Ativo diferido	no Resultado
Provisão para contingências	749	(48)	701	-
Provisões de bônus	1.716	308	2.024	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	227	(171)	56	-
Provisão desvalorização imobilizado	1.184	2.032	3.216	-
Arrendamentos	1.160	(369)	791	-
Agio decorrente de incorporação reversa	(8)	-	-	-
Amortização de mais valia	4.051	-	4.051	-
Earn-out	(5.573)	-	(5.573)	-
	<b>3.506</b>	<b>1.752</b>	<b>5.258</b>	<b>-</b>
<b>Passivo diferido</b>				
Arrendamentos	(665)	796	131	131
	<b>(665)</b>	<b>796</b>	<b>131</b>	<b>131</b>
<b>Impostos diferidos, líquido</b>	<b>2.841</b>	<b>2.548</b>	<b>5.389</b>	<b>5.389</b>

**Na Controladora**

Ativo diferido	31/12/2024		31/12/2025	
	Saldo em	Reconhecidos	Saldo em	Reconhecidos
Provisão para contingências	2.484	(388)	2.096	-
Provisões de bônus	2.349	172	2.521	-
Provisão Devedores Duvidosos	255	(222)	33	-
Provisão desvalorização imobilizado	1.184	2.349	3.533	-
Arrendamento - Direito de uso	1.008	(348)	660	-
Agio decorrente de incorporação reversa	(8)	-	(8)	-
Prejuízo fiscal acumulado	169	-	169	-
Earn-out	(5.573)	-	(5.573)	-
Amortização de mais valia	4.051	-	4.051	-
<b>Passivo diferido</b>	<b>5.919</b>	<b>1.563</b>	<b>7.482</b>	<b>7.482</b>
Passivo de arrendamento	(625)	736	111	111
	<b>(625)</b>	<b>736</b>	<b>111</b>	<b>111</b>
<b>Impostos diferidos líquido</b>	<b>5.294</b>	<b>2.299</b>	<b>7.593</b>	<b>7.593</b>

c) **Projeção de realização de impostos diferidos:** O ativo fiscal diferido possui o seguinte perfil estimado de realização:

Em 31/12/2025	Controladora	Consolidado
Em 2026	1.348	2.214
A partir de 2027	4.041	5.911
<b>Total</b>	<b>5.389</b>	<b>8.125</b>

**18. Receita Operacional Líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prestação de serviços	252.417	219.709	337.729	303.404
<b>Receita bruta total</b>	<b>252.417</b>	<b>219.709</b>	<b>337.729</b>	<b>303.404</b>
(-) Impostos sobre vendas	(28.260)	(26.266)	(38.019)	(36.329)
<b>Total de receita</b>	<b>224.157</b>	<b>193.443</b>	<b>299.710</b>	<b>267.075</b>

**19. Custos e Despesas por Natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Classificados como:</b>				
Custos dos serviços prestados	(126.465)	(115.652)	(184.413)	(164.160)
Despesas gerais e administrativas	(40.231)	(34.428)	(66.564)	(65.840)
Despesas comerciais e marketing	(17.155)	(15.660)	(20.288)	(16.643)
Outras receitas (despesas) operacionais (**)	(739)	16.283	47	15.984
	<b>(184.590)</b>	<b>(149.457)</b>	<b>(271.218)</b>	<b>(230.659)</b>

**Natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de Obra Própria	(105.352)	(102.883)	(156.567)	(150.109)
Serviços com Terceiros (i)	(23.237)	(17.610)	(29.326)	(25.987)
Depreciação e Amortização	(13.115)	(10.884)	(26.476)	(24.114)
Manutenção de Softwares	(24.201)	(11.592)	(27.038)	(14.275)
Manutenção/Conservação e Infraestrutura (ii)	(3.625)	(6.038)	(5.245)	(8.473)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(11.770)	(9.286)	(21.404)	(16.019)
Ganho de Investimentos (iii)	-	16.393	-	16.393
Baixa por Impairment	-	(2.671)	-	(2.671)
Viagens e Estádias	(2.318)	(1.907)	(2.661)	(2.618)
Baixas, perdas e recuperação de créditos	(825)	(1.202)	(1.165)	(1.193)
Provisão e reversão da PCLD	92	(191)	126	(209)
Outras receitas (despesas) operacionais (iv)	(602)	(67)	(875)	561
Indenização trabalhista	(169)	(380)	(188)	(382)
Despesas tributárias	(135)	(121)	(226)	(187)
Provisões para Contingências	307	(1.018)	(173)	(1.376)
	<b>(184.590)</b>	<b>(149.457)</b>	<b>(271.218)</b>	<b>(230.659)</b>

(i) Os valores referem-se principalmente a serviços de auditoria, advogados, publicações e consultoria de recursos humanos e informática. (ii) Em 2025 houve a redução nos serviços prestados pela Sales Force à Interplayers, sendo estes, relacionados a manutenção de equipamentos. (iii) Em 31 de outubro de 2022 a Companhia adquiriu a controlada Clinicarx, parte do preço de aquisição foi estabelecido através de um arranjo de pagamento baseado em earn-out, condicionado ao atingimento de metas atreladas à indicadores financeiros referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A obrigação de earn-out foi apurada à época no valor de R\$16.393, sendo contabilizada no passivo da Companhia. Após a avaliação dos indicadores de desempenho da Clinicarx, constatou-se que as metas para os períodos não foram atingidas e, consequentemente, o valor de R\$16.393 dessa obrigação foi baixado e reconhecido como outras receitas no resultado da Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. (iv) A movimentação apresentada nesta linha é reflexo das baixas de imobilizado e benfeitorias, em função do encerramento de contrato devido a mudança de endereço. **20. Resultado Financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.411)	(4.304)	(5.484)	(4.444)
Despesas bancárias	(465)	(578)	(499)	(625)
Despesas de juros aquisições de controlada	(1.452)	(1.512)	(1.452)	(1.512)
Despesa de juros com mútuos	(1.115)	(406)	-	(1.225)
Multa e juros sobre débitos tributários	(735)	(271)	(775)	(351)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(579)	(410)	(650)	(574)
Outras despesas financeiras	(1.046)	(357)	(1.243)	(629)
	<b>(10.803)</b>	<b>(7.838)</b>	<b>(10.103)</b>	<b>(9.360)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas com aplicações financeiras	383	502	574	986
Juros ativos	2.091	1.524	1.120	2.474
Outras receitas financeiras	376	391	434	512
	<b>2.850</b>	<b>2.417</b>	<b>2.128</b>	<b>3.972</b>
<b>Receitas e despesas financeiras, líquidas (7.953)</b>	<b>(7.953)</b>	<b>(5.421)</b>	<b>(7.975)</b>	<b>(5.388)</b>

**21. Lucro Líquido por Ação:** Para os exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos com potencial efeito diluente. O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	18.397	24.771
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias - básico	52.000	52.000
<b>Resultado por ação</b>		
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,3538	0,4764

**22. Direito de uso e passivo de arrendamento:** Para a adoção inicial, a taxa de desconto utilizada foi de 12,59% a.a. e um prazo médio de 10 anos descontados pela taxa incremental nominal. Os prazos finais dos arrendamentos, do Grupo, estão atrelados ao período de novembro de 2025 a junho de 2034. O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. Abaixo demonstramos a movimentação de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025: **a) Ativos de direito de uso:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>2.733</b>	<b>3.382</b>		
Impacto da atualização				

**Interplayers Soluções Integradas S.A.** | CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07

participante quando efetivamente transferidas, observados os termos e condições previstos contratualmente. **Condições de serviço e performance:** A aquisição do direito às ações está sujeita ao cumprimento cumulativo de condição de serviço e condição de performance. A condição de serviço requer a permanência ininterrupta do participante no cargo de Diretor Executivo da Companhia (ou de suas subsidiárias), até 31 de dezembro de 2027. A condição de performance está vinculada ao atingimento, pela Companhia, de metas de CAGR de EBITDA consolidado, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2027, apresentamos a seguir a faixas de Faixas de atingimento e quantidade potencial de ações:

Atingimento do indicador	Percentual da outorga-alvo	Quantidade potencial de ações*
Inferior ao mínimo aceitável	30%	38.645
Mínimo aceitável	50%	64.408
Meta	100%	128.816
Igual ou superior ao máximo esperado	150%	193.224

(\* ) quantidades potenciais meramente indicativas, sujeitas aos critérios de arredondamento previstos contratualmente ou definidos pela Administração. **Julgamentos, estimativas e premissas:** O reconhecimento contábil do plano requer o uso de julgamentos e estimativas por parte da Administração, especialmente no que se refere:

Item	Descrição
Permanência do participante	Avaliação da probabilidade de cumprimento da condição de serviço até o término do período de vesting
Atingimento de metas	Estimativa quanto ao cumprimento da condição de performance prevista contratualmente
Quantidade estimada de ações	Revisão periódica da quantidade de ações esperadas para vesting
Reconhecimento contábil	Ajustes prospectivos no resultado e no patrimônio líquido quando houver revisão de estimativas

Valores reconhecidos no exercício: Até 31 de dezembro de 2025, não houve transferência

das ações ao participante, tendo em vista que o plano permanece dentro do respectivo período de vesting e está sujeito ao cumprimento integral das condições contratuais estabelecidas. A Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis relacionados ao plano: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu a provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 399, sendo R\$ 282 relacionado aos executivos do Plano relacionados à controladora Interplayers e R\$ 117, relacionado aos executivos da controlada Top Down. **25. Informações por Segmentos:** A Companhia efetuou a análise das informações por segmento de acordo com o CPC 22 / IFRS 8 – Informações por segmentos e concluiu que para os exercícios findos em 2025 e 2024, o Conselho de Administração, como principal tomador de decisão, avalia os resultados operacionais, monitora, toma as decisões considerando a Companhia como um único segmento operacional, administrados no âmbito do Grupo. As CGUs utilizadas para testes de recuperabilidade correspondem a unidades operacionais inferiores aos segmentos reportáveis, mas são conciliáveis com eles. **26. Transações que não afetam caixa:** As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Aquisição de participação societária sem alteração de controle	19.892	-	19.892	-
Baixa de ativos imobilizados decorrentes de mudanças da sede Baixa de contrato de arrendamento decorrente de mudanças da sede	1.377	-	1.400	-
Arrendamentos contratados	1.846	-	1.914	-
Dividendos declarados e não pagos	-	8.317	-	8.317
Ações em tesouraria	17.291	6.308	17.291	10.188
	-	3.263	-	3.263
	<b>40.406</b>	<b>17.888</b>	<b>40.497</b>	<b>21.768</b>

**27. Cobertura de Seguros:** O Grupo, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. Os seguros que tiveram suas vigências encerradas até a data de apresentação das Demonstrações financeiras tiveram suas renovações efetivadas. Abaixo demonstramos as vigências das coberturas:

Ramo	Seguradora	De	Até	Limite máximo de responsabilidade
Administradores e diretores – D&O	Yelum Seguradora	01/02/2026	01/02/2027	20.000
Incêndio tradicional	Porto Seguro	09/08/2025	09/08/2026	10.000
Riscos Cibernéticos	AIG Seguros	09/08/2025	09/08/2026	6.000

**28. Eventos Subsequentes: Operação Societária:** Em 19 de março de 2026, a Companhia celebrou instrumento contratual no contexto de uma transação societária estratégica, cuja consumação permanece sujeita ao atendimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, inclusive autorizações regulatórias aplicáveis. O referido instrumento prevê a adoção de determinadas medidas a serem implementadas no fechamento, envolvendo ajustes societários e deliberações corporativas, conforme previsto contratualmente. Na data de autorização para emissão destas Demonstrações Financeiras, a operação ainda não havia sido concluída, em razão do não atendimento integral das condições estabelecidas. A Administração avaliou que se trata de evento subsequente que não requer ajuste nas presentes Demonstrações Financeiras, uma vez que, até a data-base, não estavam satisfeitas as condições necessárias para a conclusão da operação, não havendo, portanto, efeitos contábeis reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras. **Nomeação de diretores estatutários:** Após o encerramento do exercício, a Administração deu início ao processo de reorganização da Diretoria Estatutária da Companhia, contemplando a nomeação de novos diretores estatutários, em linha com a estratégia e a estrutura de governança corporativa. As referidas nomeações estão sujeitas às aprovações societárias aplicáveis, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Na data de autorização para emissão destas Demonstrações Financeiras, as nomeações ainda não haviam sido formalmente aprovadas, razão pela qual não há impactos contábeis a serem reconhecidos nas presentes Demonstrações Financeiras.

Administração	Controlador
<b>Araldo José Lewis e Sá Filho</b> - Diretor Presidente	<b>Jamilson Antonio Gomes de Lima</b> - CRC nº 1SP195789/0-7
<b>Rodrigo de Melo Galesi</b> - CEO	
<b>Gustavo Marini Rodrigues</b> - Diretor Financeiro e RI	

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Interplayers Soluções Integradas S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Interplayers Soluções Integradas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. 4 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SP-034519/0

**Felipe Kasai Marcos**  
Contador  
CRC SP-300620/0

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833  
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)